

**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**

**DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET**

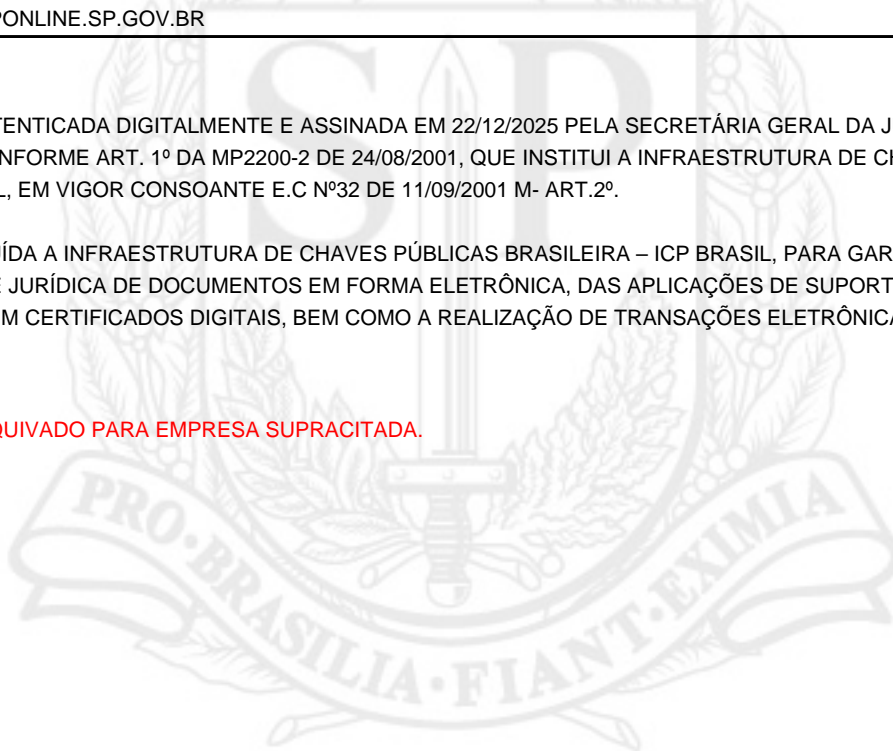
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL GCB PLATAFORMA ELETRONICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVO S.A.			
TITULO DE ESTABELECIMENTO			TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE 35300621760	CNPJ 50.299.488/0001-78	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 433.366/25-4	DATA DO ARQUIVAMENTO 17/12/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 22/12/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 16:37:37	CÓDIGO DE CONTROLE 282856543
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO <a href="http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR">WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR</a>		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 22/12/2025 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARINA CENTURION DARDANI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

**ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.**





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO  
5.253.150/25-0



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET  
035496983-8



DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração do Valor do Capital; Consolidação da Matriz;				JUC G	
NOME EMPRESARIAL GCB PLATAFORMA ELETRONICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVO S.A.			PORTE Normal		
TÍTULO DE ESTABELECIMENTO					
LOGRADOURO Rua Conceicao de Monte Alegre		NÚMERO 107	COMPLEMENTO 90 Andar	CEP 04563-060	
MUNICÍPIO São Paulo		UF SP	TELEFONE	EMAIL	
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 50.299.488/0001-78	NIRE - SEDE 3530062176-0		PF	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: MARCELA <i>marcela.araya@gcbinvestimentos.com</i> (Procurador) ASSINATURA: <i>Assinado</i> DATA: 02/12/2025			VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 562,70 DARF: R\$ ,00	SEQ. DOC. 1 / 1	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE 
-----------------------	----------------------	---------------------

ANEXOS: <input checked="" type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO 
---	--	-------------------------------------

OBSERVAÇÕES:



Gerência de Guarda e Distribuição

Verificação CNAB Comércio de Combustíveis  
 Verificação de Emissão Cadastral  
 Verificação de Aquisição na Fielre Cadastral  
 MEI sem Cadastro  
 MEI com Cadastro  
 Realizar Pesquisa de Nome Empresarial  
 Vide Protocolo

( ) Realizar Pesquisa de Nome Empresarial  
 ( ) Vide Protocolo  
 ( ) MEI com Cadastro  
 ( ) MEI sem Cadastro  
 ( ) Verificação de Aquisição na Fielre Cadastral  
 ( ) Verificação de Emissão Cadastral  
 ( ) Verificação CNAB Comércio de Combustíveis

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO - JUCESP

*Marina Centurion Dardani*  
MARINA CENTURION DARDANI  
SECRETÁRIA-GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO  
433.366/25-4

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO - JUCESP

*Marina Centurion Dardani*  
MARINA CENTURION DARDANI  
SECRETÁRIA-GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO  
433.366/25-4

JUCESP  
SEDE  
17 DEZ 2025  
2  
JUCCSP





**GCB PLATAFORMA ELETRÔNICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVOS S.A.**

**CNPJ/MF 50.299.488/0001-78**

**NIRE 35.300.621.760**

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2025**

ESP – SEDE

JICHÊ 17

DEZ 2025



PROTOCOLO

1. **Data, hora e local:** Realizada no dia 31 de outubro de 2025, às 9 (nove) horas, na sede social da GCB Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo S.A., à Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, Torre A, 9º andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04563-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.299.488/0001-78 (“Companhia”).

2. **Convocação e Presença:** Foram dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma prevista nos artigos 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

3. **Composição da Mesa:** Marcos Barros de Paula (Presidente); e Marcela Claudia Salinas Araya (Secretária).

4. **Ordem do dia:** Reuniu-se a totalidade dos acionistas da Companhia, com o objetivo de deliberar, discutir e votar sobre: (i) o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 9.338.665,00 (nove milhões, trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), com a consequente; (ii) alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

5. **Deliberação:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária e após o exame a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue:

(i) Aprovar o aumento do capital social da Sociedade no valor de R\$ 9.338.665,00 (nove milhões, trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), passando dos atuais R\$ 26.735.845,00 (vinte e seis milhões, setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), para R\$ 36.074.510,00 (trinta e seis milhões, setenta e quatro mil, quinhentos e dez reais), mediante a emissão de 9.338.665 (nove milhões, trezentos e trinta e oito mil, seiscentas e sessenta e cinco) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, as quais são totalmente integralizadas mediante a capitalização de créditos devidos pela sócia GCB Ventures Holding S.A., e integralizadas neste ato mediante capitalização de créditos devidos contra a Companhia decorrente de adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (“AFACs”) realizados até 30/09/2025, nos termos do boletim de subscrição devidamente assinado e arquivado na sede da Companhia. Os demais acionistas renunciam expressamente ao seu direito de preferência na presente subscrição.

(ii) em razão da alteração prevista no item (i) acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigor com a seguinte nova redação:



"Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 36.074.510,00 (trinta e seis milhões, setenta e quatro mil, quinhentos e dez reais), representado por 36.074.510 (trinta e seis milhões, setenta e quatro mil e quinhentas e dez) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."

(iii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigor conforme **ANEXO I** à presente ata.

6. **Documentos arquivados na sede da Companhia:** Lista de Presença e Boletim de Subscrição.

7. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do art. 130, §1º, da Lei das S.A. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes.


8. **Assinaturas:** Presidente: Marcos Barros de Paula; e Secretária: Marcela Claudia Salinas Araya.

São Paulo, 31 de outubro de 2025.

*Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.*

marcos.barros@gcbinvestimentos.com

marcela.araya@gcbinvestimentos.com

<p>Assinado</p>  <p>D4Sign</p> <p><b>Marcos Barros de Paula</b></p> <p>Presidente</p>	<p>Assinado</p>  <p>D4Sign</p> <p><b>Marcela Claudia Salinas Araya</b></p> <p>Secretária</p>
---	--

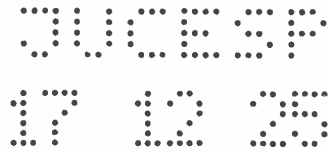


2

D4Sign 15c1e16755c504740-61ga-57c7f1cu425 Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil



Certifico o registro sob o nº 433.366/25-4 em 17/12/2025 da empresa GCB PLATAFORMA ELETRONICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVO S.A., NIRE nº 35300621760, protocolado sob o nº 5253150250. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 282856543. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



## ANEXO I

**ESTATUTO SOCIAL DA  
GCB PLATAFORMA ELETRÔNICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVOS.A.  
CNPJ/MF 50.299.488/0001-78  
NIRE 35.300.621.760**

**CAPÍTULO I  
DENOMINAÇÃO, OBJETO SOCIAL, SEDE E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A GCB PLATAFORMA ELETRÔNICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVO S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e pelas demais legislações aplicáveis às sociedades anônimas.

**Parágrafo Único:** A Companhia é regida por este Estatuto Social (“Estatuto”), pela Lei nº 6.404/1976 e pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 88/2022 e eventuais alterações posteriores.

**Artigo 2º** – A Companhia tem sede social no Estado de São Paulo, Município de São Paulo, à Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, Torre A, 9º Andar, CEP 04563-060.

**Parágrafo Único:** A Companhia pode, por deliberação da Diretoria, alterar o Município e o endereço da sede social da Companhia, abrir outros estabelecimentos, tais como filiais, agências, sucursais, escritórios ou depósitos em qualquer localidade do país ou do exterior.

**Artigo 3º** – A Companhia tem por objeto:

- (i) a distribuição de valores mobiliários de emissão de sociedades empresárias de pequeno porte realizada com dispensa de registro por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo (crowdfunding);
- (ii) a aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios;
- (iii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis;
- (iv) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas;
- (v) a atividade de corretagem e custódia de criptoativos;

3

D4Sign f5ee1675-5e50-474d-8dda-c5cbf0dc0425 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificacao>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil



Certifico o registro sob o nº 433.366/25-4 em 17/12/2025 da empresa GCB PLATAFORMA ELETRONICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVO S.A., NIRE nº 35300621760, protocolado sob o nº 5253150250. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 282856543. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



- (vi) o desenvolvimento de portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;
- (vii) o tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet;
- (viii) a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e
- (ix) quaisquer atividades acessórias ao cumprimento do objeto social da Companhia.

**Parágrafo Único:** A Companhia poderá integrar grupo de sociedades.

**Artigo 4º** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

**Artigo 5º** – O capital social da Companhia é de R\$ 36.074.510,00 (trinta e seis milhões, setenta e quatro mil, quinhentos e dez reais), representado por 36.074.510 (trinta e seis milhões, setenta e quatro mil e quinhentas e dez) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro:** Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo:** A ação é indivisível em relação a Companhia.

**Parágrafo Terceiro:** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas".

**Parágrafo Quarto:** A Companhia não poderá criar outras classes e espécies de ações ordinárias, apenas de ações preferenciais, desde que, aprovado em Assembleia Geral.

**Parágrafo Quinto:** A Companhia é vedada a emissão de partes beneficiárias.

**Artigo 6º** – A Companhia poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, conforme vier a ser deliberado pela Assembleia Geral, as disposições estatutárias e as normas legais aplicáveis, não se aplicando, neste caso o direito de preferência dos acionistas.

4

D4Sign nº 1715101449 Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil



Certifico o registro sob o nº 433.366/25-4 em 17/12/2025 da empresa GCB PLATAFORMA ELETRONICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVO S.A., NIRE nº 35300621760, protocolado sob o nº 5253150250. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 282856543. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



**Artigo 7º** – A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei das S.A. e disposições regulamentares aplicáveis.

### CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

#### Seção I Disposições Gerais

**Artigo 8º** – A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a lei e com o Estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

**Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei das S.A.

**Parágrafo Segundo:** A Assembleia Geral também pode ser convocada, nas hipóteses previstas no art. 123 da Lei das S.A., pelos acionistas ou pelo Conselho Fiscal.

**Artigo 9º** – Sem prejuízo das matérias previstas na Lei das S.A, compete a Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) aumento ou redução do capital social subscrito, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão de ações, debentures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações, nos termos da lei ou deste Estatuto, sendo vedada, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- (ii) aprovar qualquer alteração deste Estatuto, em especial, mas sem limitação, alteração de vantagens ou características das ações existentes, bem como a realização de qualquer mudança no escopo das atividades sociais da Companhia;
- (iii) a fixação da remuneração máxima anual e global dos administradores da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- (iv) deliberar sobre a cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia (inclusive incorporação de ações), sua transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária;
- (v) autorizar os administradores da Companhia a confessar falência ou pedir recuperação extrajudicial ou judicial;





- (vi) aprovar a liquidação, dissolução e extinção da Companhia;
- (vii) aprovar a distribuição de resultados da Companhia, a qualquer título, incluindo dividendos, em forma diferente daquela estabelecida neste Estatuto; e
- (viii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a Companhia ou a outra sociedade sob seu controle.

**Artigo 10º** – O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições dos eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

**Artigo 11º** – A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente da Companhia ou, na ausência desse, por qualquer Diretor, escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário que poderá ser acionista ou não da Companhia.

**Artigo 12º** – Salvo por motivo de força maior, a Assembleia Geral será realizada na sede da Companhia.

**Parágrafo Primeiro:** Quando, excepcionalmente, a Assembleia Geral for realizada fora da sede da Companhia, os anúncios de convocação devem indicar, com clareza, o lugar da reunião.

**Parágrafo Segundo:** É vedada a realização da Assembleia Geral, em qualquer hipótese, fora do Estado onde se localiza a sede da Companhia.

**Artigo 13º** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instala-se:

- (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, ¼ (um quarto) das ações com direito a voto na respectiva Assembleia; e
- (ii) em segunda convocação, com presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com direito a voto na respectiva Assembleia.

**Artigo 14º** – Somente o acionista da Companhia, por si ou por seu representante, poderá participar da Assembleia Geral.

#### **CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 15º** – A administração da companhia competirá à Diretoria.

6

D4Sign - 41611-1-50474d819a75f08c0425 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil



Certifico o registro sob o nº 433.366/25-4 em 17/12/2025 da empresa GCB PLATAFORMA ELETRONICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVO S.A., NIRE nº 35300621760, protocolado sob o nº 5253150250. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 282856543. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



**Parágrafo Primeiro:** Somente pessoa natural pode ser eleita como membro dos órgãos de administração.

**Parágrafo Segundo:** A pessoa eleita como membro da Diretoria deve ser residente e domiciliada no País.

**Parágrafo Terceiro:** A ata da Assembleia Geral que eleger administradores deverá conter a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos.

**Parágrafo Quarto:** O administrador fica dispensado de apresentar garantia em favor da Companhia para assegurar os atos de gestão.

**Artigo 16º** – É inelegível para os cargos de administração da Companhia a pessoa impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

**Parágrafo Único:** É inelegível para os cargos de administração da Companhia a pessoa condenada a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM.

**Artigo 17º** – Os diretores são investidos no seu cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria.

**Artigo 18º** – O prazo de gestão da Diretoria estende-se até a investidura dos novos administradores eleitos.

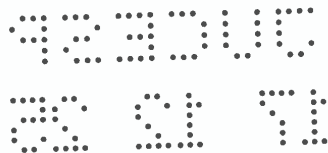
**Parágrafo Único:** O substituto eleito para preencher cargo vago deve completar o prazo de gestão do substituído.

**Artigo 19º** – Caberá a Assembleia Geral fixar a remuneração global dos administradores e deliberar acerca da distribuição da remuneração global dos administradores entre os membros da Diretoria e da repartição entre parcela fixa e parcela variável.

**Artigo 20º** – É vedado aos administradores conceder avais, fianças, endossos e cauções em nome da companhia em favor de terceiros, incluindo seus acionistas e administradores.

## CAPÍTULO V DA DIRETORIA





**Artigo 21º** – A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos em Assembleia Geral e destituíveis a qualquer tempo.

**Parágrafo Primeiro:** O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos permitida a reeleição, sendo que no período que ocupar o cargo fará jus a pró-labore a ser definido em assembleia.

**Parágrafo Terceiro:** Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores.

**Parágrafo Quarto:** Ocorrendo impedimento definitivo ou vacância no cargo de qualquer diretor, deverá ser convocada Assembleia Geral para eleição do substituto para completar o mandato do substituído.

**Parágrafo Quinto:** No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, suas atribuições e funções devem ser exercidas e desempenhadas por outro Diretor, indicado por escrito pelo Diretor Presidente. Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor.

**Artigo 22º** – A Diretoria é composta pelos seguintes cargos:

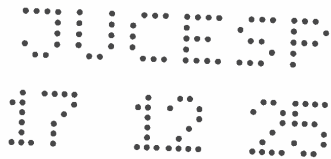
- (i) Diretor Presidente;
- (ii) Diretor Executivo;
- (iii) Diretor de Operações; e
- (iv) Diretor de Compliance.

**Parágrafo Único:** Desde que respeitado o mínimo de 2 (dois) membros na Diretoria, é permitida a cumulação de cargos por uma mesma pessoa.

**Artigo 23º** – Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro:** Observadas as disposições contidas neste Estatuto, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, será feita por uma das seguintes formas:

- (i) pela assinatura isolada do Diretor Presidente;
- (ii) pela assinatura conjunta de dois Diretores, independentemente da combinação;



(iii) pela assinatura conjunta do Diretor Executivo ou do Diretor de Operações e 1 (um) procurador constituído pelo Diretor Presidente;

(iv) pela assinatura em conjunto de 2 (dois) procuradores constituídos pelo Diretor Presidente; ou

(v) por 1 (um) procurador, isoladamente, quando constituído pelo Diretor Presidente, desde que o referido procurador ocupe cargo estatutário com poderes de representação no controlador final da Sociedade, a saber, Fenix Participações S.A. (31.932.927/0001-93).

**Parágrafo Segundo:** Os procuradores “*ad negocia*” serão constituídos por mandato com prazo não superior a 1 (um) ano, assinados pelo Diretor Presidente, no qual serão especificados os poderes outorgados.

**Parágrafo Terceiro:** As procurações “*ad judícia*” poderão ser outorgadas pelo Diretor Presidente, por prazo indeterminado, permitida também, neste caso, a representação da Sociedade em juízo por 1 (um) procurador agindo isoladamente.

**Parágrafo Quarto:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetos sociais, tais como finanças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

**Artigo 24º** – A Diretoria reúne-se sempre que necessário para a defesa e perseguição dos interesses da Companhia, quando exigido por este Estatuto ou pela legislação.

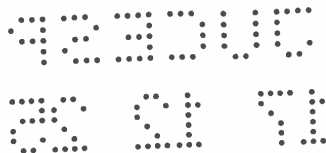
**Parágrafo Primeiro:** A reunião da Diretoria é convocada, por comunicação escrita enviada por qualquer Diretor, com 1 (um) dia de antecedência da reunião, devendo constar da convocação a data, horário e os assuntos que constam da ordem do dia.

**Parágrafo Segundo:** A reunião da Diretoria somente pode ser regularmente instalada com a presença da maioria dos diretores votantes, nos termos do parágrafo quarto infra.

**Parágrafo Terceiro:** Os trabalhos serão dirigidos e coordenados pelo Diretor Presidente, a quem cabe resolver questões de ordem, ressalvando-se o exposto no parágrafo quinto, do artigo 21.

**Parágrafo Quarto:** As deliberações da Diretoria serão tomadas e definidas, exclusivamente, pelos votos do Diretor Presidente, do Diretor Executivo e do Diretor Financeiro.





**Parágrafo Quinto:** As deliberações, que serão tomadas exclusivamente nos termos do parágrafo quarto supra, serão definidas com base na maioria absoluta de votos proferidos, não computados os votos em branco e as abstenções.

## CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL

**Artigo 25º** – Sempre que instalado, o Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Primeiro:** O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais, ou por proposta da administração.

**Parágrafo Segundo:** Cada período de funcionamento Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral ordinária após a sua instalação.

**Parágrafo Terceiro:** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

## CAPÍTULO VIII DO EXERCÍCIO SOCIAL DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO

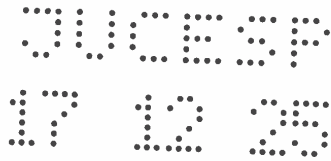
**Artigo 26º** – O exercício social da Companhia terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria o balanço e as demais demonstrações financeiras do correspondente exercício.

**Artigo 27º** – Ao final de cada exercício social, a Companhia deve elaborar as demonstrações financeiras, em conformidade com as normas aplicáveis, as quais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos.

**Artigo 28º** – A proposta de destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma:

- (i) parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido deverá ser aplicada na constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

10



- (ii) parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido deverá ser destinada ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- (iii) parcela ou totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da Administração da Companhia, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral; e
- (iv) pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovados pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Primeiro:** Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros.

**Parágrafo Segundo:** A Assembleia poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.

**Parágrafo Terceiro:** Poderão ser levantados balanços semestrais ou em períodos menores para, observadas as condições impostas por lei, declarar dividendos intermediários e intercalares.

**Parágrafo Quarto:** Os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias a contar da data em que for declarado, salvo se outro prazo for deliberado em Assembleia Geral.

**Parágrafo Quinto:** Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos a contar da data em que tais dividendos foram colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

**Parágrafo Sexto:** A Diretoria deliberará sobre proposta de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio devem ser imputados ao dividendo obrigatório.

## CAPÍTULO IX DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

**Artigo 29º** – A Companhia dissolve-se e tem o seu patrimônio liquidado nos casos previstos em lei.

**Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral é o órgão competente para deliberar e determinar o modo da dissolução, nomear e destituir, a qualquer tempo, o liquidante e fixar a sua remuneração.



**Parágrafo Segundo:** Durante a liquidação, a Administração da Companhia continuará em funcionamento.

**Parágrafo Terceiro:** Durante a liquidação, o Conselho Fiscal deverá ser instalado nos termos da legislação aplicável.

**Artigo 30º** – Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos.

## CAPÍTULO X ACORDO DE ACIONISTAS

**Artigo 31º** – A Companhia deve cumprir todas e quaisquer disposições previstas nos acordos de acionistas registrados na sede da Companhia.

**Parágrafo Único:** A Companhia não deve registrar, consentir ou ratificar qualquer voto ou aprovação dos acionistas, dos conselheiros de administração ou de qualquer diretor, ou realizar ou deixar de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível ao acordo de acionistas.

31 de outubro de 2025

\*\*\*



## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu Anderson Rodrigues Rodeguer Silva, com inscrição ativa na OAB/SP sob o nº 354.956, expedida em 06/04/2017, inscrito no CPF nº 324.004.648-20, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

- OAB Anderson Rodrigues Rodeguer Silva (1 página)
- CNA – Anderson Rodrigues Rodeguer Silva (1 página)
- Capa JUCESP – GCB Plataforma Eletrônica de Investimentos Participativo S.A (4 páginas)
- 1 via do DBE - GCB Plataforma Eletrônica de Investimentos Participativo S.A (3 páginas)
- 1 via da AGE 31.10.25 \_ GCB Plataforma Eletrônica de Investimentos Participativo S.A (14 páginas)
- Procuração - GCB Plataforma Eletrônica de Investimentos Participativo S.A (3 páginas)

Assinado por: Anderson R.R. ...  
Anderson Rodrigues Rodeguer Silva  
Assinatura validada pelo DocuSign

Anderson Rodrigues Rodeguer Silva

Assinado por: A.R.R.S.

Docsales ID: 1fdcc0f8-72ad-4f27-b50d-97d7a782ff5f



JUCESP  
17 12 25

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** GCB PLATAFORMA ELETRÔNICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVO S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 50.299.488/0001-78, com sede na Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, Torre A, 9º andar, CEP 04563-060, neste ato representada por seu diretor presidente, o Sr. Marcos Barros de Paula, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 29.630.713 SSP/SP, regularmente inscrito no CPF/MF sob o nº 250.120.628-25, com endereço comercial no mesmo local da Sociedade ("OUTORGANTE").

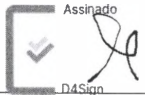
**OUTORGADOS:** MARCELA CLAUDIA SALINAS ARAYA, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 27975217-9, inscrita no CPF sob o nº 295953578-20, com endereço comercial junto à Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, Torre A, 9º Andar, CEP 04563-060, São Paulo/SP; e GUSTAVO MOREIRA CARVALHO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 38.957.086-2 SSP/SP, regularmente inscrito no CPF/MF sob o nº 485.013.038-01, com endereço comercial junto à Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, Torre A, 9º Andar, CEP 04563-060, São Paulo/SP ("OUTORGADOS").

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de mandato, a **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seus procuradores os **OUTORGADOS**, a quem confere amplos poderes, para em conjunto ou isoladamente, representar a **OUTORGANTE** em todos os atos administrativos necessários ao regular registro de atos societários perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), o Cartório de Registro de Títulos e Documentos ("RTD"), suas respectivas filiais e coligadas, bem como perante quaisquer outros órgãos competentes. Os **OUTORGADOS** ficam autorizados a prestar informações, preencher formulários, assinar capas, protocolos, DBEs e demais documentos, realizar requerimentos, juntar documentos, solicitar informações, atender e satisfazer exigências e praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, observados os limites de atuação aqui conferidos.

Esta procuração tem prazo de validade de 01 (um) ano.

São Paulo, 24 de novembro de 2025.

marcos.barros@gcbinvestimentos.com

Assinado  
  
D4Sign

GCB PLATAFORMA ELETRÔNICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVO S.A.

Por Marcos Barros de Paula

Outorgante

D4Sign 0aabc69-251e-4fb7-a2f9-a072b257f55d - Para confirmar as assinaturas acesse <https://verificar.d4sign.com.br/verificar>  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil



Certifico o registro sob o nº 433.366/25-4 em 17/12/2025 da empresa GCB PLATAFORMA ELETRONICA DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVO S.A., NIRE nº 35300621760, protocolado sob o nº 5253150250. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 282856543. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).